

LAR DAS MOÇAS CEGAS DE SANTOS: a trajetória histórica de educação e profissionalização de mulheres na Baixada Santista (1943 – 2019)

Home of the blind girls of Santos: the historical trajectory of education and professionalization of women in Baixada Santista (1943 – 2019)

Aline Martins de Almeida¹
Beatriz Palmieri Bonanato²
Sarah Cristina Vaz de Oliveira³

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade apresentar a trajetória histórica de educação e profissionalização de mulheres na Baixada Santista (1943-2019), sendo eleita o Lar das Moças Cegas de Santos. Esta instituição apresenta características muito particulares como sendo o primeiro espaço especializado de educação de cegas em prol do acolhimento e da formação educacional e profissional de mulheres em meados de século XX que está em pleno funcionamento e em processo de expansão para outros espaços da Baixada Santista. Para retratar tal espaço, utilizamos como proposta metodológica a pesquisa histórica, com dados obtidos a partir do site histórico da instituição, o que nos revelou a desmitificação de processos de inclusão, de objetos particulares, da forma e constituição das concepções assistencial e profissional nos quais consolidam a escola como instituição específica de educação.

Palavras-chave: cegas, mulheres, deficiência visual.

ABSTRACT

This paper aims to present the historical trajectory of education and professionalization of women in the Baixada Santista (1943), being elected the Home of the Blind Girls of Santos. This institution has very particular characteristics as being the first specialized space for blind education for the reception and educational and vocational training of women in the mind-twentieth century that is fully functioning and expanding to other areas of Baixada Santista. To portray such space, we used historical research as methodological proposal, with data obtained from the institution's historical site, which revealed the demystification of inclusion processes, particular objects, the form and constitution of care and professional conceptions in which consolidate the school as a specific educational institution.

Keywords: blind women, women, visual impairment.

¹ Doutora pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2018), mestre pelo mesmo Programa (2013), Especialista em Língua Brasileira de Sinais pela Universidade do Oeste Paulista (2017) e Educação para as relações étnico-raciais pela Universidade Federal de São Carlos (2013) e graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007). Estágio de doutorado-sanduíche na Universidade de Coimbra (2017).

² Possui graduação em pedagogia pela Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES (2019).

³ Possui graduação em pedagogia pela Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES (2019).



1. INTRODUÇÃO

É o questionamento constante sobre a construção das maneiras de pensar e agir do homem comum ao longo do tempo e, em especial, nos dias atuais. Por que amamos desta e não daquela maneira? De que forma lidamos com a passagem do tempo e com a proximidade da morte? O que o uso de determinadas roupas, palavras e adornos revela sobre os desejos e a maneira de enxergar o mundo de uma dada classe social? (ARIÈS, 1994, p.228)

Ariès (1994) caminhava pelas ruas de Paris alimentando sua curiosidade sobre o passado/presente das pessoas e se perguntava o “por que tal ou tal coisa?” buscando encontrar respostas plausíveis para a maneira de ser e sentir do homem contemporâneo.

Assim como Ariès (1994), nós também passamos a nos indagar sobre diversas questões no campo da educação inclusiva. Contando com a nossa experiência docente, num primeiro instante, estávamos dispostas a estudar a questão do autismo e da sua respectiva relação entre a escola e a família.

Mas, devido ao tempo e os outros quesitos que envolvem o campo exploratório da pesquisa com pessoas e, no nosso caso em específico, precisaríamos acionar o Comitê de Ética para o desenvolvimento da proposta da pesquisa descrita acima. Então, a professora Aline nos fez um novo desafio: estudar a primeira instituição de cegos na Baixada Santista: o Lar das Moças cegas de Santos!

Num primeiro momento, sentimos um certo estranhamento, mas, em parceria, fomos construindo o foco da nossa pesquisa, que foi analisar os processos de implantação, escolarização e profissionalização de mulheres cegas no primeiro espaço especializado para tal público localizado no município de Santos em 1943.

A partir dos estudos sobre este espaço de formação educacional e profissional, descobrimos vários tópicos que envolvem a formação, desde a infância de mulheres com certo grau de deficiência. Dentre estes tópicos, verificamos que muitas são as dificuldades e desafios encontrados pelos brasileiros (e principalmente, as mulheres) na hora de se ingressar no mercado de trabalho. Fatores como a falta de conhecimento na área, qualificação,



experiências profissionais e até mesmo questões de gênero são alguns dos motivos que levam ao crescimento de desempregados no Brasil.

Para os deficientes visuais, as barreiras de se obter um emprego são mais agravantes. Há alguns anos atrás se julgava o deficiente visual incapaz de se integrar à sociedade, no âmbito de exercer seus deveres como cidadão, por crer que a sua deficiência comprometia todas suas outras funções.

O ser humano é capaz de analisar o mundo à sua volta por meio de informações provenientes das diversas modalidades sensoriais. A percepção do mundo a cada momento envolve a integração dessas informações em áreas multissensoriais existentes no cérebro humano. Dessa forma, podem-se imaginar as profundas transformações que ocorrem no cérebro após a perda de uma aferência sensorial (RANGEL, et al., 2010, p. 231).

A visão é o sentido primordial que os seres humanos possuem para a apreensão da realidade, pela razão da facilidade em observar e detalhar objetos e situações em longa distância, bem como na tomada de decisões sobre qual o melhor percurso a se tomar.

A perda deste sentido traz ao ser humano diversas complicações psicológicas, físicas e emocionais. Segundo Rangel (2010), a perda da visão passa a ser compensada em outras modalidades sensoriais, como no caso da leitura em Braille e em tarefas auditivas, na localização de objetos através do som.

Segundo dados do IBGE de 2010, no Brasil, há mais de 6,5 milhões de pessoas com alguma deficiência visual, sendo:

- 528.624 pessoas incapazes de enxergar (cegos);
- 6.056.654 pessoas possuem baixa visão ou visão subnormal (grande e permanente dificuldade de enxergar);

Os outros, 29 milhões de pessoas, declaram possuir dificuldades de enxergar, mesmo com uso de óculos ou lentes e, de acordo com a Organização Mundial da Saúde - OMS, em 2013, calculava-se que 246 milhões de pessoas, em âmbito mundial, sofrem com a perda moderada ou severa da visão.

Para garantir o acesso e a permanência dos cegos em diversos espaços, no Brasil, desde a década de 1960, diversos foram os movimentos em prol de uma Legislação que garantisse direitos igualitários e plenos a todos.



Com o entrave de diversas lutas e a união de vários públicos, com deficiências específicas, em 1988, a nossa Constituição garantiu não apenas o acesso, à liberdade de expressão e à humanidade, mas a garantia a todos os cidadãos aos:

- **Direitos fundamentais:** acesso à saúde, educação, moradia, trabalho, previdência social, segurança, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados, lazer, vestuário, alimentação e transporte;
- **Direitos iguais:** mulheres e homens têm direitos iguais perante à família, aos filhos e em situações de trabalho;

Para amparar as especificidades de cada cidadão e, no nosso caso, a deficiência visual, a Lei nº 8.213/91 regulamenta cotas para que os sujeitos possam ingressar no mercado de trabalho, garantindo planos de benefícios à Previdência, que podem ser assim descritas:

Art. 89. A habilitação e a reabilitação profissional e social deverão proporcionar ao beneficiário incapacitado parcial ou totalmente para o trabalho, e às pessoas portadoras de deficiência, os meios para a (re)educação e de (re)adaptação profissional e social indicados para participar do mercado de trabalho e do contexto em que vive.

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados.....	2%;
II - de 201 a 500.....	3%;
III - de 501 a 1.000.....	4%;
IV - de 1.001 em diante.....	5% (BRASIL, 1991).

Pensar no desenvolvimento integral do ser humano é também pensar na educação, e este fator é primordial para a integração do deficiente visual, de fato, no mercado de trabalho, portanto as formações acadêmicas vêm cada vez mais sendo discutidas.

Outro espaço que vem passando por transformações de acessibilidade são as universidades, estas que vêm se tornado alvo de questões como acessibilidade e por seu caráter inclusivo. As instituições de ensino superior são



portas de entrada para o desenvolvimento profissional daqueles considerados diferentes.

Para tanto, torna-se necessário pensarmos mecanismos que tornem possível o acesso e a permanência das pessoas com necessidades educativas especiais no ensino superior (VARGAS, 2006, p.23).

É preciso pensar nos fatores que irão garantir ao aluno com deficiência visual sua integração e permanência nas instituições de ensino, que possam desfrutar dos seus direitos, assegurar todas as necessidades educativas quanto aluno e proporcionar um ambiente favorável para sua aprendizagem.

Pensar no diferente não significa unicamente atribuir ao sujeito mais ou menos capacidades e possibilidades. Significa, sim, deixar de lado parâmetros estabelecidos e trabalhar a partir do que seja 'diferente'; proporcionando, assim, atendimento especializado para aqueles que dele precisarem (VARGAS, 2004, p. 24).

Está claro que ainda necessitamos avançar cada vez mais na integração dos deficientes visuais em sociedade e não apenas em incluí-los. Para Vargas (2004), a inclusão é a ideia de que a escola precisa se adaptar às necessidades do aluno e a integração está em adaptar o aluno às normas e afazeres da instituição, garantindo a permanência do mesmo.

Sob este prisma, as instituições de ensino devem rever sua metodologia e o seu processo ensino-aprendizagem para garantir ao aluno com deficiência visual o mesmo tratamento de todos os outros estudantes, desenvolvendo maneiras e soluções que assegurem sua aprendizagem para com sua formação acadêmica e assim ajudá-los na inserção do mercado de trabalho.

O conhecimento é a única fonte inesgotável do ser humano e não há nada que possa tirá-la de nós. Proporcionar aos cegos uma boa educação para que possam se desenvolver e conquistar sua formação profissional e um bom emprego é garantia de uma boa qualidade de vida, de cidadania, autoestima, humanidade e se sentir parte da sociedade.

Desta forma e, repensando sobre todas as práticas de inclusão e de formação dos sujeitos cegos, este trabalho tem por finalidade apresentar a trajetória histórica de educação e profissionalização de mulheres na Baixada Santista (1943-2019), sendo eleita o Lar das Moças Cegas de Santos.



A escolha deste instituto especializado se deu por diversos fatores, como:

- A primeira Instituição especializada de cegos em prol da formação educacional e profissional;
- O processo de acolhimento, de educação e profissionalização de mulheres em meados do século XX;
- O ideário do período que permeava esta modalidade educacional e a definição do público-alvo para a eleição de implantação deste espaço;
- O movimento de inclusão tanto de gênero quanto da especificidade da deficiência sensorial (cegueira e baixa visão) na trajetória histórica da instituição.

Desmistificar tal processo é uma tarefa que exige perceber o objeto em questão relacionado a uma configuração histórica particular, a um fenômeno de âmbito mundial em que se produzia um lugar social (físico) para a forma escolar moderna que se constituía, num longo processo em que se elaborava uma complexa maquinaria escolar diretamente vinculada a um projeto político de produção, formação e consolidação do Estado Moderno. Como contribuição e referência, realizar-se-á aqui uma apropriação das reflexões de estudiosos que apontaram para a emergência da escola como os estudos de Vincent, Lahire e Thin (2001) sobre a forma escolar e a produção das disciplinas escolares como objeto de investigação sócio histórica e os de Foucault (2010) sobre o saber e os poderes disciplinares e os de normalização, nos quais consolidam a escola como instituição específica de educação.

2. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DOS CEGOS

Em nosso país, remonta a agosto de 1835 a primeira demonstração oficial de interesse pela educação das pessoas portadoras de deficiências sensoriais em nosso país, quando o Conselheiro Cornélio Ferreira França, deputado pela Província da Bahia, apresentou à Assembleia Geral Legislativa projeto para a criação de uma "Cadeira de Professores de Primeiras Letras para o Ensino de Cegos e Surdos Mudos, nas Escolas da Corte e das Capitais das Províncias", não aprovado, por ser fim de mandato e seu idealizador não ter sido reeleito.



O ensino dos cegos emerge sob a inspiração educativa de famílias ilustres em vários países europeus, no Brasil, também não foi diferente. A história do atual Instituto Benjamin Constant (destinado ao ensino de cegos e de baixa acuidade visual) esteve atrelada a

José Alvares de Azevedo, jovem cego descendente de família abastada, o qual, ainda menino e a conselho do Dr. Maximiliano Antônio de Lemos, amigo de um tio seu, fora mandado estudar em Paris, no Instituto Imperial dos Jovens Cegos, idealizado por Valentin Haüy e que também servira de escola a Louis Braille, onde aliás, desenvolveu o Sistema Braille. Regressando da França em 1852, após ter lá permanecido por oito anos, lançou-se à luta pela educação de seus compatriotas, ora escrevendo artigos em jornais, ora ministrando aulas particulares dos conhecimentos lá adquiridos. Foi na condição de professor que se tornou amigo do Dr. José Francisco Xavier Sigaud, francês naturalizado brasileiro e médico da Imperial Câmara, a cuja filha cega, Adèle Marie Louise Sigaud, veio a ensinar o sistema Braille. Entusiasmado com o brilhantismo do jovem e compartilhando seu desejo de fundar no Brasil uma escola para pessoas cegas nos moldes da parisiense, o Dr. Sigaud apresentou-o ao Barão de Rio Bonito, pedindo-lhe que o levasse à presença do Imperador D. Pedro II. Este, ao vê-lo escrevendo e lendo em Braille, teria exclamado: "A cegueira não é mais uma desgraça", palavras a que, aliás, o Dr. Sigaud aludiria em seu discurso por ocasião da instalação do Instituto.

Contando com o apoio do Imperador, o Dr. Sigaud e José Alvares de Azevedo, subscreveram um projeto de Lei requerendo um local específico para a correção deste mal que até então assolava a sociedade. Após a redação deste documento, entregaram, em janeiro de 1853, ao Ministro Secretário de Estado dos Negócios do Império, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, que o apresentou à Assembleia Geral Legislativa em maio daquele ano. A proposta propunha a criação de uma escola para pessoas cegas, com solicitação de um orçamento anual de 15 contos de réis e previsão para matrícula de 25 alunos. Embora a proposta não tenha chegado a ser apreciada, o Ministro tinha tal certeza de sua aprovação, que, mesmo antes dela, começou a providenciar, auxiliado pelos conhecimentos de Azevedo, a vinda, diretamente de Paris, dos materiais escolares indispensáveis aos futuros alunos. Afinal, em 12 de setembro de 1854, foi criado, pelo Decreto Imperial Nº 1.428, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, inaugurado cinco dias depois, sem a presença de Álvares de Azevedo, que falecera, prematuramente, em 17 de março daquele ano. Só teve tempo de



escrever uma obra: a tradução de "História dos Meninos Cegos de Paris", da autoria de J. Guadet.

Este espaço vislumbrou um potencial de implementação e divulgação de métodos inovadores, contando com práticas assistenciais e educativas que deveriam estruturar-se em três dimensões: intelectual, musical e industrial (sendo que a intelectual cultiva a inteligência, a musical cultiva um meio de existência e também de distração social e a industrial sendo um meio de vida) (Almeida e Henriques, 2017).

A implementação do currículo seguiu os moldes franceses, baseado nas disciplinas de francês, geografia, história, português, matemática e música; admissão de infantes (a partir dos 6 anos); e na criação de oficinas profissionalizantes. Sob este prisma, a educação desses sujeitos assumiu os patamares da modernidade, por meio de vários enquadramentos institucionais, entre eles: a perspectiva assistencialista (o cuidar), a perspectiva educativa (o educar) e a perspectiva industrial (formação para o trabalho), fundamentos da educação dos infantes "anormais" e "desvalidos" (Fernandes, 2006).

O Instituto tem uma história marcada por diversas problemáticas como insalubridade, falta de recursos e de materiais, tendo apenas uma característica asilar; passando por diversas Reformas; participando de diversas Exposições e Congressos Internacionais.

O mesmo foi fechado em 1937 para a conclusão da 2ª e última etapa do prédio, o IBC reabriria as portas em 1944. Em setembro de 1945, criou seu curso ginásial, que veio a ser equiparado ao do Colégio Pedro II em junho de 1946. Com isso, abriram-se as portas das escolas secundárias e universidades aos alunos cegos que saíam do IBC aptos a prosseguir nos estudos e preparados para a vida.

O Instituto Benjamin Constant é mais do que uma escola que atende crianças e adolescentes cegos, surdocegos, com baixa visão e deficiência múltipla; é também um centro de referência, a nível nacional, para questões da deficiência visual, capacitando profissionais e assessorando instituições públicas e privadas nessa área, além de reabilitar pessoas que perderam ou estão em processo de perda da visão (IBC, 2018).



Ao longo dos anos, o IBC tornou-se também um centro de pesquisas médicas no campo da Oftalmologia, possuindo um dos programas de residência médica mais respeitados do País. Através desse programa, presta serviços de atendimento médico à população, realizando consultas, exames e cirurgias oftalmológicas (IBC, 2018).

Criando a sua imprensa Braille em 1990, atualmente o IBC possui em sua escola educação infantil, classes de alfabetização, educação física e ensino musical, além de trabalhar com estimulação precoce e oferecer atividades de apoio às demais escolas que atendem alunos com deficiência visual. Oferece também consultas oftalmológicas para a população, trabalha com reabilitação, produz materiais especializados, impressos em braille e publicações científicas.

Desde 2015 é o único órgão responsável pela impressão de obras em braille e de acordo com os dados do próprio instituto, em 2016 possuía 559 funcionários (servidores, terceirizados, médicos e estagiários), atendimento a 244 crianças e adolescentes, atendimento a 351 adultos e 64.692 atendimentos médicos à comunidade.

Como instituição especializada federal, o IBC proporcionou o impulso para o surgimento de diversos outros espaços de formação profissional para os sujeitos cegos. Uma das ilustres figuras, que gostaríamos de contar sobre a sua história foi Dorina Nowill, uma das ilustres mulheres que participaram ativamente da história da educação dos deficientes visuais de nosso país, em prol da inclusão e qualidade de vida de todos os sujeitos.

2.1. Dorina Nowill

Dorina de Gouvêa Nowill, nascida em São Paulo no ano de 1919, vítima de uma doença não identificada, acabou ficando cega com apenas 17 anos de idade.

Foi a primeira aluna cega a frequentar o ensino regular na Escola Normal Caetano de Campos, após iniciar o curso, conseguiu com que outra menina cega integrasse na mesma escola. Dorina participou na elaboração da Lei de integração escolar, criada em 1956.



No ano de 1946, criou a fundação para o livro do cego no Brasil, pois notou que havia muita carência de livros em braile que atendesse a demanda dos deficientes visuais.

Especializou-se na educação de cegos em New York, EUA, expôs a carência de livros em braile para os cegos no Brasil e recebeu, em 1948, da Kellogg's Foundation e da American Foundation for Overseas Blind, uma imprensa Braille, com todos os materiais necessários para impressão.

Dorina conseguiu diversos feitos durante toda a sua vida. Em 1954 conseguiu que o Conselho Mundial para o Bem-Estar do Cego se reunisse no Brasil juntamente a Associação Panamericana de Saúde e o Conselho Brasileiro de Oftalmologia; Em 1961 a 1972, foi responsável pela criação de serviços prestados a educação dos cegos, ao momento em que dirigiu o MEC (Campanha Nacional de Educação e Cultura); No ano de 1982, lutou pelas pessoas com deficiência a abertura de vagas e encaminhamento para o mercado de trabalho e em 1983, durante a conferência da OIT (Organização Internacional do Trabalho), esteve presente para convocar todos os estados membros a cumprirem o acordo de reabilitação e de empregar pessoas com deficiência.

Escreveu o livro "...E EU VENCI ASSIM MESMO" traduzido e distribuído por toda a Europa e América Latina.

Dorina viveu sua vida na preocupação de oferecer seus melhores recursos, experiências e o sistema braile que criou para os deficientes visuais por meio de trabalhos com a comunidade, palestras, professores e escolas em todo o estado de São Paulo.

Faleceu, aos 91 anos de idade, no dia 29 de Agosto de 2010.

A fundação Dorina Nowill existe há mais de 70 anos, possui caráter filantrópico, sem fins lucrativos, com a intenção de atender a inclusão de pessoas com deficiência visual.

A organização oferece, de forma gratuita, a distribuição e produção de livros em braile, além de serviços especializados aos deficientes visuais e suas famílias, nas áreas de educação, empregabilidade, reabilitação e oftalmológica. Já são mais de 17 mil pessoas atendidas nos serviços em que oferecem, produziram mais de 6 mil títulos e 2 milhões de impressões em braile, distribuídas por mais de 3000 instituições em todo o Brasil.



A fundação conta com serviços que proporcionam todo o apoio à inclusão dos deficientes visuais no meio social a partir dos seguintes princípios:

Acesso à Autonomia

Pensando em contribuir para a autonomia e o desenvolvimento das potencialidades de cada indivíduo, o programa oferece recursos de reabilitação integral, onde os atendimentos são individualizados ou em grupo, mas que levam em conta toda a particularidade e demandas que cada um possui, garantindo as condições necessárias para este aprimoramento.

As atividades incluem em desenvolver técnicas que cada indivíduo se adaptará para que possuam maior autonomia no seu dia-a-dia. Há também um trabalho feito com as famílias para esclarecer todas as questões e dúvidas em respeito à inclusão da pessoa com deficiência.

Acesso à Cultura e a Informação

Um dos maiores objetivos da organização é promover o acesso à cultura e a informação, por essa razão a fundação oferece e distribui todo o material acessível às condições de leitura e escrita para os deficientes visuais, garantindo e ampliando interação com a sociedade e independência como cidadãos.

Acesso à Educação

Toda criança, deficientes visuais ou não, possuem o direito a educação de qualidade, desenvolvendo suas potencialidades como seres ativos, participativos, críticos e construtores de sua própria vivência e que possam estar integrados ao ensino regular, se sentindo inseridas no meio social em que vivem.

Para que haja satisfação de todas as partes, é necessário pensar no papel do educador e da escola na garantia dos recursos e direitos do aluno, como um bom sistema de comunicação que possibilitem o processo de aprendizagem.

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o



máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Lei nº13.146 de 06 de Julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Acesso ao Trabalho

Pensando nas dificuldades encontradas pelas pessoas cegas em arrumar um emprego, a fundação Dorina passou a orientar os mesmos sobre o mundo do mercado de trabalho, estimulando-os através de programas e cursos profissionalizantes como: oficinas de empregabilidade; orientação vocacional; projeto “desenvolvendo talentos”; orientação profissional.

Preparando a pessoa para os desafios do mercado de trabalho, e que reconheçam seu potencial, capacidade e competências de se estar ingressados em uma profissão.

A fundação Dorina Nowill para cegos conta com o apoio de doações, parcerias, patrocinadores e voluntários para a realização de todos os projetos em busca da melhoria da qualidade de vida de todos os que são atendidos pela organização.

2.2. POR QUÊ E PARA QUÊ EDUCAR MULHERES DEFICIENTES?

O “problema” da mulher trabalhadora era ser ela mesma uma anomalia num mundo onde o trabalho assalariado e responsabilidades familiares se tinham tornado ocupações a tempo inteiro e especialmente diferenciadas. A “causa” do problema era inevitável, um processo de desenvolvimento industrial capitalista com uma lógica própria. (SCOTT, 1994, p. 444).

Todos os seres humanos possuem os mesmos direitos e deveres para obtenção de uma vida digna e o direito ao trabalho é uma das principais questões ao falarmos de inclusão.



Como analisa Mary del Priore (2003, p. 220), depois de Hegel, que pensou a “diferenciação sexual”, o jogo entre o mesmo e o outro, o reconhecimento de si no outro, temas centrais na tese dialética, e com a prática da ideia de “igualdade” dos sexos e o declínio da metafísica, tudo mudou. A questão da igualdade entre sexos não podia mais ser ignorada. Os pensadores da emancipação, os filósofos da política procuravam definir a liberdade, a emancipação ou a igualdade entre homens e mulheres (Monteiro e Gati, 2012).

Enfim, essas indagações terminaram por resultar em medidas de ordem prática no campo educacional. As mudanças que chegaram com o século XIX, irão contribuir não só para a criação de escolas elementares na Europa e na América, mas também de liceus e escolas normais para mulheres. Um dos resultados desse movimento a favor da instrução da mulher foi o feminismo, como a aspiração da mulher ao reconhecimento de uma equivalência psíquico-intelectual e da importância do seu trabalho criador e construtivo para a vida humana e social (MONTEIRO E GATI, 2012, p. 3073)

Muitas são as dificuldades encontradas pelas mulheres por sua inserção no mercado de trabalho. Imaginemos as mulheres com deficiência? Estas, para serem inclusas neste acirrado mercado de trabalho, dependem de toda a trajetória educativa do indivíduo, a baixa escolaridade interfere diretamente na sua formação profissional, impedindo sua colocação no mercado de trabalho.

Diante de tal situação, as mulheres compreenderam que a verdadeira aprendizagem aconteceria por “vias paralelas”, sozinhas, como autodidatas, à margem da escola institucionalizada. Ao lado das escolas públicas e privadas, principalmente ao lado dos conventos que acolhem as moças para educar, explica Hooock-Demarle (p.177), “a verdadeira educação, aquela que desperta a personalidade e suscita as questões, faz-se entre as quatro paredes domésticas”. Paradoxalmente, é exatamente no espaço privado em que são confinadas pelos homens, onde, acreditam eles, elas “estão protegidas do saber excessivo”, que elas leem e releem, inicialmente a Bíblia, e depois os livros que lhes caem nas mãos. Através deles, se informam, pensam, refletem, tomam posições, mesmo sabendo que “a mulher sábia inspira medo”. E as revistas previnem o público feminino contra qualquer erudição “contrária ao bom senso”. O saber demasiado numa mulher, alertam, representa um perigo, pois pode conduzir a neuroses e ao celibato forçado. E concluem: essa mulher “é ridícula, um espantalho que provoca arrepios de febre” (MONTEIRO E GATI, 2012, p. 3079).



Deste modo, o mercado de trabalho precisou repensar sobre suas práticas, deixando de considerar que a educação das mulheres deveria apenas subverter na educação dos filhos e nos cuidados para com a família. Ao contrário, com o transpassar dos tempos, as empresas requisitam um perfil que pessoas com deficiência não conseguirão atender, impossibilitando a contratação para o mercado competitivo, por esta razão diversos projetos passaram a tomar a frente para ajudar na habilitação e reabilitação dessas pessoas, ofertando educação profissional e garantindo efetivamente a inclusão de PcDs dentro do mercado de trabalho.

O governo vem propondo questões permanentes que buscam oportunizar a participação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, pois é um direito dos mesmos e não se deve negar assistência a estas pessoas.

Ao longo do tempo o tratamento da sociedade com as pessoas deficientes tem se modificado, a diversidade humana começou a ser reconhecida e olhada de outra forma e a luta por igualdade de oportunidades e direitos ganhou maior visibilidade, desenvolvendo neles autonomia e independência.

No período de pós-guerra devido à falta de trabalhadores ativos, foram abertas oportunidades de trabalho para mulheres e pessoas com deficiência. Após este episódio e bons resultados por parte dos trabalhadores, novos olhares e formas de pensar sobre a competência dos mesmos passaram a ser consideradas, admitindo seu potencial, recuperando a autoestima e identidade, igualando seus direitos para o ingresso no mercado de trabalho.

No ano de 1950 surgiram as primeiras oficinas pedagógicas profissionalizantes que tinham como foco ajudar e possibilitar PcDs (Pessoas com Deficiências) sua capacitação profissional e desenvolver habilidades para o trabalho.

A educação profissional está relacionada com a oportunidade do trabalho para a sobrevivência com dignidade de pessoas com deficiência, garantindo a permanência no emprego para produção lucrativa, respeitando suas capacidades e limitações. Não importa o grau de deficiência do indivíduo, as instituições devem buscar alternativas e soluções para a inclusão dos mesmos dentro do meio colaborativo.



O ingresso no mercado de trabalho exige das pessoas competências, habilidades, saberes que são constituídos ao longo de uma história de vida e que são a base para a aquisição de outros saberes, principalmente com relação ao trabalho, tendo a pessoa deficiência ou não (LIMA, 2012, p. 132).

No que diz respeito à educação profissional de PcDs e garantia da permanência no ambiente de trabalho, é necessário que os indivíduos se sintam úteis e capazes de lidar com as situações reais que irão enfrentar e as organizações possuem a função de fazer a ligação da integração com aquilo que está sendo exigido por parte das empresas.

2.3. O LAR DAS MENINAS CEGAS DE SANTOS

O período onde o sentimento de que a infância não existia mais, de interesse e indiferença com relação às crianças foi o ponto de partida dos estudos de Philippe Ariès (1994, p. 230)

Na sociedade medieval, que tomamos como ponto de partida, para o estudo das crianças e das jovens, o sentimento de infância não existia – o que não quer dizer que as crianças foram negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento de infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. (Ariès, 1994, p.97)

Hoje, a afirmação que não existia o sentimento de infância é algo superado, este que é algo natural, se caracteriza pela certeza de que é um momento único, especial e particular, “a criança deve ser amada em sua singularidade, cultivada em suas potencialidades, educada em sua inocência e pureza, e finalmente, disciplinada em seus instintos.” (Áries, 1994, p. 231)

Junto com a transformação da sensibilidade dos adultos com a infância, veio também mudanças em relação à família e seu valor. Conforme Philippe, “estamos diante de uma nova configuração social e simbólica, que se origina e se consolida na modernidade” (Áries, 1994, p.232)

Este processo de mudanças lentas e a transformação cultural, a escolarização das crianças foi muito importante. Inclusive, com o advento da



modernidade, todas as crianças deveriam ser educadas, pois o ambiente escolar além de ser um local para a quarentena, segundo o autor, “preparação das crianças para adentrarem futuramente no mundo dos adultos” também se tornou um espaço para se aprender diversos comportamentos. A escola deixou de ser apenas um lugar para os mais ricos e passou a ser a passagem social da infância para a vida adulta, assim, sendo vista como o espaço de gestação.

Deste modo, a escola moderna herdou as antigas práticas religiosas (protestante e católica) e se destacavam pelo regime disciplinar e uma forte influência na vigilância dos alunos, que separavam os alunos por idade, aferiam a aprendizagem e rendimento de cada um, mantinham controle sob os valores morais e comportamentos, sendo assim, influenciaram os pais destes alunos que acreditavam nessa instituição de ensino.

Sob este prisma, a educação passa a vislumbrar o desenvolvimento da inteligência e das potencialidades dos sujeitos, de modo a ofertar-lhes as devidas condições.

A argumentação passa deste rápido passo histórico para a contemporaneidade, com exemplos de dois níveis: a separação da cegueira como patologia identificada e não cognitiva nem de consequências comportamentais anti-sociais e o civismo vitorioso de oitocentos, no argumento fulcral deste seu escrito: “a educação é de direito devida aos cegos”. (VASCONCELOS, 1887, p. 10)

Para o autor Philippe Airès (1981, p.234), a instituição escolar é vista definitivamente como um ambiente necessário para o desenvolvimento social, moral, psicológico, intelectual e físico da criança. Para O Lar das Moças Cegas, este, estes princípios passaram a marcar também, a educação da mulher, deficiente, diferente, que precisava de autonomia, de abrigo, de acolhimento e de profissão... Eis o marco para a educação e formação das mulheres neste espaço, pois além de proporcionar qualidade de vida à população, constituindo um elemento fundamental no projeto, mais amplo, de governação dos indivíduos (Foucault, 2010).

No dia 18 de abril de 1943 foi fundada e inaugurada, em Santos, a Primeira Sede do Lar das Moças Cegas na AV. Presidente Wilson nº 118 em 1943. Este núcleo era vinculado ao Instituto Profissional Paulista para Cegas de



São Paulo. Seus fundadores foram Nelson Serra, Maria Helena Nolf Figueiredo e Regina Mathilde Nolf Azevedo.

Figura 1. Fundadores: Nelson Serra, Maria Helena Nolf Figueiredo e Regina Mathilde Nolf Azevedo (1943)



Fonte: http://www.lmc.org.br/?page_id=16. Acesso em 04/12/2019.

O primeiro objetivo da instituição foi tirar a moça cega da marginalização e oferecer-lhe um sistema de educação e integração à sociedade, assumindo uma postura tanto pedagógica quanto asilar, ou seja: ao mesmo tempo que educa por princípios e métodos, também ampara!

As diferenças estatutárias distinguem bem os objetivos entre instituições asilares e pedagógicas. Por asilar entendo uma instituição que abriga seres estranhos à sociedade, de alguma forma necessários de controlar por segurança da mesma sociedade, pela sua diferença ou especificidades que podem ser causadoras de dificuldades de enquadramento, comunicação ou impossibilidade de cumprimento de um papel considerado útil e contribuinte para o equilíbrio e funções dessa mesma sociedade. Por pedagógica entendo uma instituição cujos objetivos são a construção de uma identidade alterada pelo conhecimento, aquele que se entende proporcionar, por forma a que o ser estranho em causa passe a pertencer a um agrupamento funcional e autônomo, mesmo que com restrições e não liberto de estigmas, no seio da sociedade civil. (AMADO, 2007, p. 49)



Figura 2. Primeira Sede do Lar das Moças Cegas (1943)



Fonte: http://www.lmc.org.br/?page_id=16. Acesso em 04/12/2019.

Ao se desligar do Instituto de São Paulo e se tornar um órgão independente, Nelson Serra nomeou a Instituição de “Lar das Moças Cegas” com a finalidade de educar e assistir mulheres cegas da região da baixada santista.

Figura 3. Regina Mathilde Nolf Azevedo e Nelson Serra em evento de Fundação do LMC (1943)



Fonte: http://www.lmc.org.br/?page_id=16. Acesso em 04/12/2019.

Em 1949 o Lar das Moças Cegas passou a se apresentar na Avenida Ana Costa nº 198, e permanece até o momento.



Figura 4. Aquisição do atual imóvel (1949)



Fonte: http://www.lmc.org.br/?page_id=16. Acesso em 04/12/2019.

Entre 1950 a 1964 a Instituição funcionava com características de um ambiente familiar, e recebia meninas/moças cegas de todas as regiões da baixada santista. Toda a ajuda de custo vinha dos próprios fundadores e doações da comunidade.

Figura 5. Coral formado pelas meninas cegas – Raio de luz (1963)



Fonte: http://www.lmc.org.br/?page_id=16. Acesso em 04/12/2019.



Ainda em 1964 houve melhoria e ampliação da sede do Lar das Moças Cega para assim poder receber mais meninas.

Figura 6. LMC quando recebia apenas meninas e mulheres cegas da baixada santista (1950-1964)



Fonte: http://www.lmc.org.br/?page_id=16. Acesso em 04/12/2019.

Em 1988 a Instituição criou o Centro de Educação e Reabilitação para Deficientes Visuais e passou a atender e incluir deficientes visuais do sexo masculino, dando-lhes mesmas oportunidades e direitos.

Figura 7. Inclusão no atendimento de meninos cegos (1988)



Fonte: http://www.lmc.org.br/?page_id=16. Acesso em 04/12/2019.

No final da década de 1990 a organização deixou de ser um internato e desde 1995 o LMC é presidido pelo Carlos Antonio Gomes. Com dinâmica de visão empresarial, inovando a imagem da organização.

Em 1998 um caminhão baú foi adquirido para o recolhimento das doações e transporte dos materiais.

Em 2000 o LMC adquiriu um ônibus para o transporte dos alunos e inaugurou a Quadra Poliesportiva e a brinquedoteca. Em 2001 recebeu a “Certificação ISO 9001:2000, que atesta a qualidade dos serviços através da normatização do Sistema de Gestão da Qualidade.” e foi premiado com o “III Troféu Paulo Bueno Wolf, pela destacada atuação na área social.”. No mesmo ano o LMC fundou uma nova sede na Rua Carvalho de Mendonça para realização do Bazar da Pechincha e o Centro Especializado em Deficiência Visual (CEDV) e possui ligação interna com o prédio principal, sendo premiados, também, em 2002 com o “VIII Troféu Lydia Federici, pelo reconhecimento da equipe de voluntariado.”

A Aquisição do Sítio Paraíso no ano de 2005, em Pedro de Toledo, para a realização das atividades externas dos alunos, como sendo também uma fonte de renda através da locação do espaço. Inaugurou também, no mesmo ano, o Centro Aquático “Carlos Inocência Gomes”, com a finalidade de realizar terapias em ambiente líquido.

Figura 8. Atendimento e inclusão de crianças com deficiência (2005)





Fonte: http://www.lmc.org.br/?page_id=16. Acesso em 04/12/2019.

Em 2006 o Lar das Moças Cegas firmou parceria com o Santos Futebol Clube para o apoio ao esporte, modernizou sua Sala de Ginástica e inaugurou uma nova entrada para o Salão de Festas. No mesmo ano recebeu diversas premiações pelo ótimo trabalho nas causas sociais.

Para conceder o deficiente visual uma formação profissional, foi criado em 2007, o NOCT (Núcleo de Orientação e Capacitação para o Trabalho).

Em 2011 criaram o espaço de Imprensa Braille.

Perante aos serviços prestados à comunidade, a Prefeitura de Santos homenageou o LMC no ano de 2012. Em seguida o programa NOCT passou a se denominar um programa de Visão Eficiente, pois passou a emitir declarações e integrar os deficientes visuais no mercado de trabalho.

Figura 9. Homenagem da prefeitura de Santos pelos serviços prestados à comunidade (2012)





Fonte: http://www.lmc.org.br/?page_id=16. Acesso em 04/12/2019.

O Lar das Moças Cegas vem lutando para colocar todos os seus sonhos em prática e para isso criou a Área de Projetos, com o objetivo de fazer sua instituição crescer

No ano de 2018 até o momento, o LMC conta com a parceria de duas empresas: A Fundação Cargill, com o projeto de “Padaria Inclusiva” e da Companhia de Docas (CODESP) que patrocinou novos instrumentos e condições para melhoria da banda musical e Coral Raio de Luz, e no mesmo ano foi implantado um novo Centro Especializado em Deficiência Visual (CEDV) na Carvalho de Mendonça, em Santos.

O Lar das Moças Cegas já contou com muitos diretores e presidentes. Segue a lista abaixo:

- Regina Mathilde Nolf Azevedo – Fundadora – 1943
- Maria Helena Nolf Figueiredo – Fundadora – 1943
- Nelson Serra - Fundador e Presidente – 1949 a 1962
- Carlos Inocêncio Gomes – 1963 a 1982
- José Lousada Filho – 1983 a 1984
- Benedito Lellis – 1984 a 1985
- Carlos Antonio Gomes – 1985 a 1992
- José Carlos Fagundes Martins – 1993 a 1994
- Carlos Antonio Gomes – Atual Presidente

Deste modo, o Lar das Moças Cegas de Santos não é apenas uma instituição que fornece meios de subsistência e de educação ao público cego,



mas tornou-se um espaço díspare de debates acerca dos processos inclusivos e das dimensões de formação dos sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo aborda os diversos aspectos da história de vida das mulheres cegas, a ascensão das mesmas é um grande marco da história mundial. O grande propósito é inspira-las e empoderá-las, para que possam conquistar os seus objetivos, e o incentivo da diversidade dentro de empresas e escolas possibilita a autonomia e independência dessas mulheres em suas atividades diárias para que assim consigam ter uma vida social digna, com todos os direitos e deveres.

Neste sentido, esta pesquisa foi fundamental para a nossa formação acadêmica, pois nos mostra o poder que essas mulheres possuem, onde mesmo com todas as dificuldades enfrentadas para estarem dentro do meio social elas conseguem realizar muitas atividades buscando melhorias em suas vidas. Foi importante a compreensão dos papéis que nós, seres humanos e profissionais da educação devemos ter, como pensar em soluções e meios para proporcionar a formação profissional que merecem, quebrando as barreiras das diferenças e preconceito buscando a conscientização da inclusão na sociedade. Além disso, o estudo proporcionou o entendimento da função dos órgãos superiores, público e privado, a sua responsabilidade social na inclusão das mulheres cegas para que assim possam estar no exercício dos direitos como cidadãs.

Portanto a pesquisa traz diversas as questões acerca da inclusão das mulheres cegas e a possibilidade de uma nova visão sobre este assunto, é fundamental para todas as pessoas, profissionais ou leigas, que querem se aprofundar sobre a história de vida dessas mulheres e que estão buscando estratégias de inclusão das mesmas dentro da sociedade.

LISTA DE ABREVIATURAS

Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior



Revista Primus Vitam Nº 16 – ISSN 2236-7799 - 1º semestre de 2023

CEDV - Centro Especializado em Deficiência Visual

CODESP -

EUA – Estados Unidos da América

IBC – Instituto Benjamin Constant

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LMC – Lar das Moças Cegas de Santos

MEC – Ministério da Educação e Cultura

NOCT - Núcleo de Orientação e Capacitação para o Trabalho)

OIT - Organização Internacional do Trabalho)

OMS – Organização Mundial da Saúde

PCDs – Pessoas com Deficiências

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Fundadores: Nelson Serra, Maria Helena Nolf Figueiredo e Regina Mathilde Nolf Azevedo (1943).

Figura 2. Primeira Sede do Lar das Moças Cegas (1943).

Figura 3. Regina Mathilde Nolf Azevedo e Nelson Serra em evento de Fundação do LMC (1943).

Figura 4. Aquisição do atual imóvel (1949).

Figura 5. Coral formado pelas meninas cegas – Raio de luz (1963).

Figura 6. LMC quando recebia apenas meninas e mulheres cegas da baixada santista (1950-1964).

Figura 7. Inclusão no atendimento de meninos cegos (1988).

Figura 8. Atendimento e inclusão de crianças com deficiência (2005).

Figura 9. Homenagem da prefeitura de Santos pelos serviços prestados à comunidade (2012).



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Aline, “Ver” pelo mundo do toque e “ouvir” pelo silêncio da palavra: a educação de crianças cegas e surdas no Brasil (1854-1937), Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade, São Paulo, PUC - SP, 2018.

ALMEIDA, Aline & HENRIQUES, Hélder. Oficinas Branco Rodrigues do Asilo dos Cegos em Castelo de Vide, 2017 (no prelo)

AMADO, Maria do Castelo Teixeira Malta Romeiras da Costa. Escritos em branco. Rupturas da ciência e da pedagogia no Portugal Oitocentista: o ensino para cegos no Asilo-Escola António Feliciano Castilho (1888 – 1930). Dissertação de mestrado. Universidade de Lisboa. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 2007

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar, 1994

ARIÈS, Philippe. Um historiador diletante. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Lei de Benefícios da Previdência Social. Brasília, DF, 1991.

Brasil. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 2015.

FERNANDES, Rogério. Educação e ensino popular na Madeira (Sec. XVIII – 1840). In: FELGUEIRA, Margarida Louro; MENEZES, Maria Cristina (Orgs.). Rogério Fernandes: questionar a sociedade, interrogar a história (re)pensar a educação. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

FOUCAULT, Michel. Estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

MONTEIRO, Ivanilde Alves; GATI, Hajnalka Halasz Gati. A mulher na história da educação brasileira: entraves e avanços de uma época. IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL” Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa, 2012. Texto disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/4.09.pdf. Acesso em: 05/12/2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Administração da OMS. 2013. Disponível em: <https://www.who.int/governance/en/>. Acesso em: 05/12/2019.



PRIORE, Mary del. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). Historiografia brasileira em perspectiva. São Paulo: Contexto, 2003.

RANGEL, M. L. et al. Deficiência visual e plasticidade no cérebro humano. Psicologia: Teoria e Prática, v.12 n.1 p.197-207, 2010.

SCOTT, Joan Walach. A mulher trabalhadora. In: FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle (Dir.). História das mulheres no ocidente. Porto: Afrontamento, 1994. Vol.4: O século XIX.

VARGAS, G. M. S. A inclusão no ensino superior: a experiência da disciplina Prática Pedagógica – Prática de Ensino de uma turma de alunos cegos e com baixa visão. PONTO DE VISTA, Florianópolis, n. 8, p. 131-138, 2006

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. In: Educação em Revista, Belo Horizonte, n.33, jun/2001, p. 7-47.

Fontes:

Fundação Dorina Nowill. Base de dados disponíveis em: <https://www.fundacaodorina.org.br/>

Instituto Benjamin Constant. Base de dados disponível em: <http://www.abc.gov.br/>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Base de dados de 2010 disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>

Lar das Moças Cegas de Santos. Base de dados disponível em: http://www.lmc.org.br/?page_id=16.

VASCONCELOS, Emídio. História dos Cegos. Lisboa, 1887.

